



LEI Nº 2.194

Aprova o Regulamento dos Serviços de Transportes Coletivos neste Município de Cataguases.

O povo do Município de Cataguases por seus representantes aprovou e eu, TARCÍSIO HENRIQUES FILHO, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento dos Serviços de Transportes Coletivos neste Município de Cataguases, que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.232, de 27 de junho de 1985.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cataguases, 18 de agosto de 1993.

Tarcísio Henriques Filho  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração em 18 de agosto de 1993.

Octacílio Passos  
Secretário de Administração



REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE  
TRANSPORTES COLETIVOS DE CATAGUASES

CAPÍTULO I

Dos Serviços de Transportes Coletivos

Artigo 1º - O presente Regulamento disciplina a exploração dos Serviços de Transportes Coletivos sob jurisdição do Município de Cataguases.

Artigo 2º - Consideram-se Transportes Coletivos, para efeito deste Regulamento, o serviço regular e contínuo de condução de pessoas no Município de Cataguases, efetuado por veículos automotores, com itinerários e horários previamente estabelecidos e mediante o pagamento de passagens individuais.

Parágrafo 1º - São considerados serviços especiais de transportes coletivos, também sujeitos às disposições deste Regulamento:

- a) o transporte de pessoas entre domicílios e estações terrestres ou aéreas, e vice-versa, dentro do território do Município, mediante pagamento de passagens individuais;
- b) o transporte de pessoas para passeios e excursões turísticas ou esportivas, dentro do território do Município, mediante pagamento de passagens individuais ou frete.

Parágrafo 2º - Não estão sujeitos a este Regulamento os veículos particulares, assim como os veículos de hotéis, de colégios e outros de usos especiais, não compreendidos no parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO II

Das Definições e dos Conceitos





**Artigo 3º** - Compete à Prefeitura, através de seu órgão competente, planejar, permitir, autorizar, conceder, orientar e fiscalizar os serviços urbanos de transporte coletivo de passageiros, por vias públicas e estradas de rodagem de domínio municipal.

**Parágrafo único** - Só nos casos previstos neste Regulamento será admissível a concessão, reservando-se ao poder concedente a faculdade de retomá-la em qual - quer época e no interesse público, a seu critério.

**Artigo 4º** - Para os efeitos e melhor interpretação deste Regulamento, considera-se:

- 1.- **AUTORIZAÇÃO** - O ato formal pelo qual o órgão competente da Prefeitura, observadas as prescrições legais e regulamentares, outorga exploração de transporte coletivo urbano de passageiros por concessão ou permissão.
- 2.- **SERVIÇO** - A prestação do transporte coletivo, na forma autorizada pelo órgão competente da Prefeitura.
- 3.- **EMPRESA** - A pessoa física ou jurídica que tem por profissão ou objeto, respectivamente, a prestação de serviço de transporte coletivo, ainda em caráter não exclusivo.
- 4.- **CONCESSIONÁRIA** - A empresa detentora de concessão para a exploração do serviço.
- 5.- **PERMISSIONÁRIA** - A empresa detentora de permissão para a exploração de serviço a título precário.
- 6.- **ITINERÁRIO** - A via pública percorrida na execução do serviço.
- 7.- **VIAGEM** - O itinerário percorrido, num sentido, entre terminais extremos de uma linha.
- 8.- **VIAGEM ORDINÁRIA** - O itinerário percorrido no cumprimento de horários aprovados.



- 9.- HORÁRIO - O momento de partida ou de chegada de veículo, nos diferentes pontos de parada, pré - via e devidamente aprovados pelo órgão competente da Prefeitura.
- 10.- COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO - Quociente da divisão de número de lugares aproveitados pelo número de lugares oferecidos, em linha, em determinado período.
- 11 - COEFICIENTE TARIFÁRIO - O preço de transporte, do passageiros/quilômetro, fixado pelo órgão competente da Prefeitura.
- 12 - TARIFA - A importância fixa que a empresa está autorizada, pelo Prefeito Municipal, a cobrar pelo serviço em função do coeficiente tarifário.
- 13 - TEMPO DE PERCURSO - Tempo estipulado para execução de uma viagem.
- 14 - LINHA VARIANTE - É a ligação que, nos limites de coeficiente de utilização adotado na composição tarifária, realiza viagens intermitentes.

Artigo 5º - Os serviços de transporte coletivo, explorados por pessoas físicas ou jurídicas, destinados atender exclusivamente seus usuários, sem fins comerciais, dependem de autorização do órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo único - Para a realização do transporte nas condições estabelecidas por este Artigo, deverão os interessados requerer autorização especial do órgão competente da Prefeitura, comprovadas as características do serviço.

Artigo 6º - O planejamento dos serviços de que trata o presente Regulamento, a outorga de permissão a título precário e de concessões, serão procedidos visando ao interesse público.

Parágrafo único - No planejamento dos serviços, no qual se incluem e aos quais se adaptarão os serviços já existentes, obedecidas as condições do mercado





regularmente apuradas, as ligações por linhas colaterais, transversais e circulares.

**Artigo 7º** - A necessidade e a utilidade do serviço, para efeito da outorga de permissões ou concessões, serão apuradas pelo exame conjunto dos seguintes fatores principais:

- a) justa necessidade do transporte, devidamente apurada, inclusive, se for o caso, por levantamento estatístico e censitário;
- b) apresentação de condições econômicas de exploração em mercado próprio, tendo em vistas, inclusive, se for o caso, o coeficiente de utilização adotado na composição tarifária;
- c) não interferência no mercado de transporte de outros serviços já em execução, devidamente permitidos ou concedidos, evitando-se concorrência ruinosa ou queda de coeficiente de autorização para médias inferiores às que tiverem sido adotadas quando da composição tarifária vigente.

**Artigo 8º** - Na criação de novas linhas de transporte coletivo urbano, observar-se-á o princípio de não interferência no mercado de transporte de linha em exploração de modo a evitar concorrência ruinosa ou coincidência de percurso superior a 50% (cinquenta por cento) do itinerário.

**Artigo 9º** - Competirá ao órgão competente da Prefeitura a iniciativa para a execução de novos serviços de linhas, mediante abertura de processo de seleção de propostas públicas ou administrativas, segundo exigências fixadas pelos respectivos editais ou cartas convites.

**Artigo 10** - Poderá o órgão competente da Prefeitura considerar como não atendido o mercado de transportes, se os oferecidos não obedecerem aos padrões de qualidade exigidos neste Regulamento.



Artigo 11 - Adotar-se-á o processo de seleção pública para a outorga de concessão para a exploração de novos serviços, cuja necessidade e utilidade hajam sido aferidas pelo órgão competente da Prefeitura, na forma prevista dos artigos 7º e 8º.

Artigo 12 - Para os fins previstos neste Regulamento, deverá o órgão competente da Prefeitura manter registro de empresas, devendo os interessados instruir os respectivos requerimentos com a seguinte documentação mínima:

- a) prova de constituição e registro da empresa na repartição competente, devendo constar, obrigatoriamente, como atividade principal, a exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- b) prova de identidade do proprietário, se empresa individual, dos membros da diretoria, se sociedade anônima, ou dos sócios, se de responsabilidade limitada;
- c) capital societário, no mínimo, igual ao valor de um veículo (tipo adotado na composição tarifária vigente), com integralização de 50% (cinquenta por cento) do mesmo;
- d) folha corrida dos diretores, gerentes e administradores da empresa, expedida pela Secretaria de Segurança Pública, com data não anterior a 3 (três) meses ao requerimento instruído;
- e) prova de idoneidade financeira, inclusive dos sócios, fornecida por dois estabelecimentos bancários, com data não anterior a 30 (trinta) dias ao requerimento instruído;
- f) prova de propriedade de tantos veículos quantos forem os exigidos pelo Órgão competente da Prefeitura, em condições de tráfego, ou documento que comprove ter sido ajustada a sua aquisição, com indicação expressa do respectivo prazo de entrega.





Parágrafo único - O registro do que trata este artigo será re-  
novado em cada período de 02 (dois) anos.

Artigo 13 - É vedado às empresas concessionárias dos serviços  
de transportes coletivos, sob pena de rescisão do  
contrato de concessão:

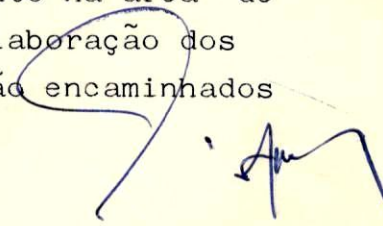
- I - adotar medidas que impliquem no funcionamento  
ou transferência a terceiros da responsabili-  
dade pela execução dos serviços que lhes fo-  
ram concedidos;
- II - interromper o serviço de qualquer de suas  
linhas sem a autorização do órgão competente  
da Prefeitura.
- III - desviar os veículos de sua frota para trans-  
portes alheios às atividades compreendidas  
no contrato de concessão, que prejudiquem o  
pleno funcionamento do serviço.

## CAPÍTULO II

### Do plano e da Rede Municipal de Transporte Coletivo

Artigo 14 - O órgão competente da Prefeitura elaborará, para  
um período de 05 (cinco) anos, o Plano Municipal  
de Transportes Coletivos que se constituirá no  
instrumento básico fixador das diretrizes de ope-  
racionalização de todo o sistema de transporte  
coletivo no âmbito municipal, formando a Rede Mu-  
nicipal de Transportes Coletivos.

Parágrafo único - Visando a Consolidação do plano e a conse-  
quente implantação da Rede Municipal de  
Transportes, competirá ao Prefeito Munici-  
pal nomear uma Comissão, da qual façam par-  
te representantes da comunidade, do Poder  
Executivo e Legislativo e de empresas con-  
cessionárias, com conhecimento na área de  
transportes urbanos, para elaboração dos  
estudos que, conclusos, serão encaminhados  
para a sua aprovação.





**Artigo 15** - O Plano Municipal de transportes Coletivos estabelecerá:

- I - as áreas seletivas em que será dividido o município para efeito de distribuição das linhas de transportes coletivos.
- II - a demanda de transportes coletivos em cada uma das áreas seletivas.
- III - a distribuição e numeração das linhas.
- IV - os itinerários.
- V - a frequência das viagens e os horários.
- VI - o tipo de veículos e o número mínimo necessários.
- VII - o padrão de serviços.
- VIII - o preço das passagens.

**Parágrafo único** - Assegurar-se-á, a cada área seletiva, linhas de transportes com veículos e frequência de viagens em quantidade adequada e itinerário, tanto quanto possível.

**Artigo 16** - A Prefeitura realizará, periodicamente, estudos e censos de tráfego com o objetivo de atualizar o Plano Municipal de Transportes Coletivos.

**Parágrafo único** - O Plano e suas alterações, após aprovados pela Câmara Municipal, serão sancionados pelo Prefeito.

**Artigo 17** - O itinerário e horário dos veículos das linhas de transportes coletivos só poderão ser alterados com a autorização prévia do órgão competente da Prefeitura.

**Parágrafo 1º** - Não se incluem na proibição estabelecida neste artigo os casos de alteração de itinerário e horário por motivos eventuais de ordem pública como obras ou impedimento de vias e logradouros.





Parágrafo 2º - As alterações serão determinadas pela Comissão de Transportes respeitando normas do Plano Municipal de Transportes Coletivos, do Plano Municipal de Trânsito e Secretaria Municipal de Transportes.

Parágrafo 3º - A Prefeitura poderá estabelecer, em função de interesse público, viagens extraordinárias dentro do itinerário geral da linha, nas horas de maior demanda de transportes.

Parágrafo 4º - A Prefeitura Municipal poderá autorizar serviços especiais de transporte coletivo em dias de festividades, comemorações e jogos esportivos.

Parágrafo 5º - O número das linhas e seus itinerários devem ser organizados de forma a permitir a locomoção entre quaisquer pontos da zona urbana do município.

Parágrafo 6º - Os horários aprovados deverão garantir em cada linha economicamente viável, uma frequência de veículos e um oferecimento tal de lugares, que proporcione ao passageiro um tempo médio de espera:

a) inferior a 20 (vinte) minutos, nos períodos de maior movimento, e a 30 (trinta) minutos fora desses períodos, na zona urbana do município.

b) inferior a 20 (vinte ) minutos nos demais casos.

Parágrafo 7º - A Prefeitura Municipal poderá determinar a utilização de um número de veículos proporcional às frotas de cada uma das empresas, a fim de atender às situações de emergência em áreas distintas daquelas em que prestam serviços.

Artigo 18 - O órgão competente da Prefeitura poderá determinar as alterações na designação, número, itinerário, pontos terminais de qualquer linha de transporte coletivo, respeitada a estabilidade da exploração.



Artigo 19 - Quando houver necessidade de aumento ou diminuição da frota de veículos em áreas ou linhas que esteve sendo servidas por mais de uma empresa, esse aumento, ou diminuição se fará em quantidade proporcional ao número de veículos de circulação de cada uma das respectivas empresas nessa área ou linha.

Artigo 20 - Não será permitida a permanência de mais de quinze por cento (15%) dos veículos de cada linha em qualquer dos pontos terminais.

Parágrafo 1º - As empresas concessionárias deverão manter em todas as linhas, fiscais com qualificação e em número suficiente, de modo a permitir perfeito controle dos horários de saídas e chegadas dos veículos, viagens realizadas, bem como o intervalo entre as mesmas.

Parágrafo 2º - Os trocadores são obrigados a portar uma guia na qual o fiscal registrará os horários de chegada e saída de cada veículo, bem como o número de passageiros transportados.

Artigo 21 - Ocorrendo avaria em viagem, a concessionária deverá providenciar a imediata substituição da unidade avariada ou o transporte dos usuários, gratuitamente, no primeiro horário subsequente.

### CAPÍTULO III

#### Das Permissões

Artigo 22 - Sem prévia permissão do órgão competente da Prefeitura não poderá ser executado o transporte para qualquer linha, ainda que em caráter eventual.

Artigo 23 - As permissões serão outorgadas nos seguintes casos:

- 1.- para linha autônoma ou variante que vier a ser criada por exigência do interesse público e em caráter experimental;





- 2.- em período que anteceder o julgamento ou efetivação de concorrência, até que o concessionário inicie a execução dos serviços.

Parágrafo único - Os prazos das permissões serão os seguintes:

- a) para transporte eventual, o que for necessário ao período transitório;
- b) para os demais casos, de até um ano, prorrogável por igual prazo, fixado no despacho de deferimento.

Artigo 24 - Nos casos dos artigos 5º e 21 e nos incisos 1 e 2 do Artigo 22, as permissões serão dadas, respectivamente, por alvará e mediante termos de permissão.

Parágrafo único - O permissionário se obrigará a executar o serviço de acordo com as condições deste Regulamento.

Artigo 25 - As permissões autorizadas por este Regulamento são revogáveis por:

- a) descumprimento pelo permissionário das condições acordadas no respectivo termo ou das normas regulamentares;
- b) "lock-out";
- c) a qualquer tempo, a critério do órgão competente da Prefeitura.
- d) falência ou dissolução da empresa permissionária.

Artigo 26 - Poderá o órgão competente da Prefeitura conhecer, instruir e decidir sobre requerimento de empresa registrada, para exploração de linha autônoma ou variante.

Artigo 27 - Para exploração de linha autônoma ou variante deverão os interessados instruir os respectivos requerimentos com a seguinte documentação:

- a) prova de registro (Art. 12);
- b) indicação dos terminais da linha e respectivo itinerário;



- c) indicação de horários pretendidos;
- d) indicação de outros serviços que já sirvam, total ou parcialmente aos mercados de transportes pretendidos;
- e) número de veículos a serem utilizados e suas características principais.

**Parágrafo 1º** - Não sutirão qualquer efeito os requerimentos insuficientemente instruídos ou com informação comprovadamente inexatas.

**Parágrafo 2º** - Conhecido o requerimento, o órgão competente da Prefeitura entregará ao requerente cópia de edital para notificação de terceiros interessados na exploração da linha solicitada.

**Parágrafo 3º** - Do edital, cuja publicação será providenciada pelo requerente às suas expensas, no jornal "Cataguases", órgão oficial do Município e em jornal de grande circulação, deverão constar: o nome da empresa, os terminais e os itinerários por ela pretendidos.

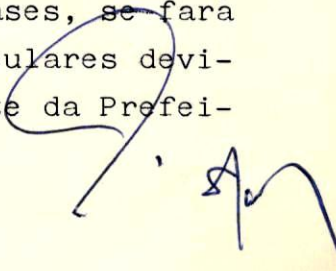
**Parágrafo 4º** - Publicado o edital, terão os terceiros interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis para, mediante requerimento fundamentado, oferecer impugnações.

**Parágrafo 5º** - Encerrado o prazo de que trata o parágrafo anterior, não mais se admitirão impugnações, procedendo-se à instrução do processo para os efeitos de direito.

#### CAPÍTULO IV

##### **Da Concessão para Exploração dos Serviços de Transportes Coletivos**

**Artigo 28** - A exploração dos serviços de Transportes Coletivos sob jurisdição do Município de Cataguases, se fará através de concessão a empresas particulares devidamente registradas no órgão competente da Prefeitura.







Parágrafo 1º - Poderá ser cancelada a concessão a qualquer momento, se não forem cumpridas as exigências gerais constantes do presente Regulamento. O cancelamento será devidamente votado pela Câmara Municipal de Cataguases.

Artigo 29 - Ao concessionário se garantirá plena validade da concessão, enquanto cumprir as condições contratuais e bem servir, salvo a exploração direta.

Parágrafo único - Qualquer linha retomada para exploração, só será objeto de nova concessão mediante lei autorizativa.

Artigo 30 - O concessionário se obrigará:

- a) executar o serviço de acordo com as normas e as disposições deste Regulamento;
- b) manter instalações apropriadas para guarda e manutenção de seus veículos em zona não residencial;
- c) cumprir os horários e itinerários estabelecidos;
- d) cobrar os preços tarifados;
- e) iniciar o serviço no prazo determinado;
- f) manter o serviço sem solução de continuidade, até a sua substituição por novo concessionário;
- g) manter seguro de responsabilidade civil, de acordo com a legislação em vigor, dentro dos limites estipulados pelo órgão competente da Prefeitura;
- h) comprovar a propriedade dos veículos da empresa junto ao órgão competente da Prefeitura;
- i) conceder passe livre aos fiscais da Prefeitura;
- j) construir e instalar, observados os modelos e especificações aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura, abrigos em locais por ela determinados;
- l) remeter mensalmente ao órgão competente da Prefeitura, até o dia 10 do mês seguinte ao vencido, boletim estatístico do movimento de passageiros



transportados por linha;

m) assegurar, às suas expensas, efetiva e permanente fiscalização da contabilidade de empresa por parte do órgão competente da Prefeitura.

n) vale transporte;

o) vale idoso/doença.

**Artigo 31** - O contrato de concessão corresponderá:

1.- a grupo de linhas de um mesmo setor da cidade, quando linhas circulares, fazendo parte da mesma concessão, a linha principal e as acessórias, conforme instruções determinadas pelo órgão competente da Prefeitura.

2.- a cada linha, quando linha transversal ou colateral.

**Parágrafo único** - Do contrato constarão:

a) as linhas e seus itinerários;

b) as obrigações previstas no Artigo 30;

c) a obrigatoriedade de inspeção periódica dos veículos por parte do órgão competente da Prefeitura.

**Artigo 32** - Será desfeito o contrato de concessão nos seguintes casos:

a) retomada do serviço para exploração direta;

b) desistência;

c) insegurança dos veículos para os passageiros.

**Parágrafo único** - A exploração direta do serviço pelo Poder Público será executada a qualquer tempo, observadas as disposições deste Regulamento.

**Artigo 33** - Será revogada a concessão no caso de:

a) manifesta e reiterada deficiência do serviço;

b) "lock-out";





c) inadimplemento das obrigações assumidas contra<sub>tu</sub>almente.

**Artigo 34** - A revogação será precedida de inquêrito administ<sub>ra</sub>tivo em que se assegurará o mais amplo direito de defesa.

**Parágrafo 1º** - O inquêrito será instaurado quando, notificado a sanar irregularidades, nela persistir o con<sub>cessionário</sub> por mais de 10 (dez) dias consec<sub>u</sub>tivos;

**Parágrafo 2º** - A revogação da concessão, na forma deste artigo, não dará direito a indenização a qualquer título.

**Artigo 35** - A concessão ou permissão só poderá ser transferida a empresa individual ou coletiva, que apresentar atestado de capacidade financeira para exploração do serviço fornecido por dois estabelecimentos ban<sub>cários</sub> na data da transferência, e mediante prévia e expressa anuência do órgão competente da Prefei<sub>tura</sub>.

**Parágrafo 1º** - O concessionário cedente recolherá ao órgão competente da Prefeitura a taxa de 3,5% (três e meio por cento), sobre o valor de ca<sub>da</sub> veículo registrado na linha objeto de transferência.

**Parágrafo 2º** - O concessionário sucessor obrigar-se-á a cum<sub>prir</sub> todas as condições estabelecidas origi<sub>nariamente</sub> para a concessão.

**Artigo 36** - Qualquer alteração no ato constitutivo da empresa deverá ser comunicada ao órgão competente da Pre<sub>feitura</sub> dentro de 30 (trinta) dias seguintes ao re<sub>gistro</sub> da modificação. No caso de admissão de novos sócios, será feita prova de sua identidade, renova<sub>das</sub> as idoneidade financeira.

**Parágrafo único** - É permitida a transferência, total ou parcial, do capital societário de empresa concessioná<sub>ria</sub> que explore o serviço há mais de 02 (dois) anos, desde que previamente autorizada pelo ór<sub>gão</sub> competente, comprovada a idoneidade finan<sub>ceira</sub>.



ceira dos sócios a serem admitidos.

Artigo 37 - Em caso de interrupção do serviço, o órgão competente da Prefeitura intervirá na empresa a que estiver afetada a exploração do mesmo, assumindo a sua administração até que se resolva a concessão.

Parágrafo único - Decidida a intervenção, a indenização dela decorrente, se devida, será apurada segundo os critérios fixados em instruções publicadas pelo órgão competente da Prefeitura.

Artigo 38 - A empresa, individual ou coletiva, que praticar qualquer dos atos enumerados pelo Artigo 33 deste Regulamento ou que falir, será considerada inidônea, vedando-se-lhe a exploração do serviço, em concessões ou permissões futuras.

Parágrafo único - A declaração de inidoneidade importará na automática revogação de concessões para a mesma empresa, em todas as linhas concedidas.

## CAPÍTULO V

### Das Concorrências

Artigo 39 - A outorga de concessão para exploração do serviço de transporte coletivo far-se-á a quem obtiver após prévia concorrência pública e de acordo com o plano de trânsito, obedecidas as normas e regulamentos determinados pelo órgão competente da Prefeitura, de acordo com a legislação, e as seguintes condições:

- 1.- As notícias resumidas sobre o edital, que será afixado no órgão competente da Prefeitura, serão publicadas, por três vezes, com o prazo de 30 (trinta) dias, nos órgãos oficiais do Estado e do Município.
- 2.- Os concorrentes deverão apresentar ao protocolo da Prefeitura, até o dia e hora indicados pelo edital, as suas propostas em 02 (dois) in





vólucros fechados, trazendo, cada um, na parte externa, a indicação do seu conteúdo, o nome do seu proponente e a indicação do objeto da concorrência, devendo, do primeiro, constar:

- a) a folha corrida do proponente, ou, em se tratando de pessoa jurídica, de seus dirigentes expedida pela Secretaria de segurança Pública do estado de origem, com data não anterior a 06 (seis) meses à da concorrência;
- b) prova de ter depositado na Tesouraria da Prefeitura caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, estadual ou federal, que será equivalente a 10 (dez) vezes o maior salário mínimo nacional por linha;
- c) atestado de capacidade financeira para exploração do serviço em concorrência, fornecido por dois estabelecimentos bancários, com data não anterior a 60 (sessenta) dias à da concorrência;
- d) prova de estar legalmente constituída, quando se tratar de pessoa jurídica, com apresentação de minuta de pré-contrato, se tratar de conjunto de empresas;
- e) certidão negativa para os cofres da União, do Estado e do Município em que for domiciliado o proponente;
- f) certificado de regularidade de situação fornecido pelo Instituto Nacional de seguridade Social-INSS;
- g) prova de quitação do Imposto Sindical dos empregados e empregadores;
- h) certidão de quitação a que se refere o Art. 362, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho;
- i) prova de estar em situação regular com o Serviço Eleitoral, ou dos dirigentes, em se tratando de pessoa jurídica;



j) declaração expressa de que conhece a lei municipal específica, o regulamento, as normas e instruções sobre o transporte coletivo urbano.

3.- O segundo invólucro conterá a proposta em 3 (três) vias, datadas e assinadas, trazendo o endereço do proponente e indicando:

- a) número mínimo e máximo, de veículos que se propõe a empregar em cada linha, com indicação, separadamente, do chassis e da carroceria, além de outras características;
- b) dados que possibilitem julgar a qualidade e padrão do serviço que pretende executar.

4.- O edital de concorrência discriminará os pontos iniciais e terminais, itinerários, horários e número mínimo e máximo de veículos, por linha, bem como as seções, quando for o caso.

Parágrafo 1º - A documentação referida no item 2, exceto a de sua alínea "b" poderá ser feita mediante apresentação de originais, públicas formas ou fotocópias, devidamente autenticadas.

Parágrafo 2º - A concorrência será realizada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, contado da última publicação do aviso no jornal "Cataguases" - órgão oficial do Município.

## CAPÍTULO VI

### Dos Veículos de Transportes Coletivos

Artigo 40 - Só poderão ser utilizados para transportes coletivos veículos especialmente construídos para esse fim.

Parágrafo único - Os veículos de transportes coletivos obedecerão às exigências da legislação federal em vigor e às do presente Regulamento.





Artigo 41 - Será obrigatória, para cada empresa, a padronização da cor de seus veículos.

Parágrafo único - As empresas deverão apresentar as cores escolhidas à aprovação prévia do órgão competente da Prefeitura.

Artigo 42 - Os veículos de transportes coletivos receberão obrigatoriamente um número de ordem, pintado de acordo com o modelo e instruções fornecidos pelo órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo 1º - O órgão competente da Prefeitura atribuirá a cada empresa sequência de número tal que permita futuros acréscimos na frota, sem interrupções na ordem da numeração.

Parágrafo 2º - Nos casos de substituição de um veículo para outro, conservar-se-á o mesmo número de ordem.

Artigo 43 - As características de cada veículo, uma vez aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura, só poderão ser alteradas com o consentimento prévio do mesmo.

Artigo 44 - Todos os veículos deverão apresentar, internamente, em local visível, determinado pelo órgão competente da Prefeitura:

- 1.- tabuleta ou letreiro que indique, em caracteres bem legíveis, o seccionamento e o preço da passagem;
- 2.- quadro contendo as licenças e o selo de vistoria do órgão competente da Prefeitura;
- 3.- número de ordem do veículo;
- 4.- itinerário;
- 5.- limites de lotação de passageiros em pé e sentados.

Artigo 45 - Os veículos terão, obrigatoriamente, em sua parte externa:



- 1.- tabuleta ou "vista" indicadora do destino e caixa de número, na dimensão estabelecida pelo órgão competente da Prefeitura, na dianteira superior;
- 2.- número de ordem do veículo e o nome da empresa pintada nas faces laterais e traseiras.

Parágrafo 1º - A tabuleta ou "vista" indicadora da linha e a caixa do número deverão ser dotadas de luz, à noite.

Parágrafo 2º - Todas as inscrições e letreiros externos deverão ser claramente legíveis a uma distância mínima de 30 (trinta) metros.

Parágrafo 3º - Só será permitida a colocação de anúncios de propaganda na parte externa dos ônibus, mediante autorização expressa do órgão competente da Prefeitura.

Artigo 46 - Os veículos deverão ser iluminados internamente, à noite, com intensidade uniforme, à razão de 04 (quatro) velas, no mínimo, por metro quadrado.

Artigo 47 - As empresas concessionárias deverão reservar espaço, na parte interna de seus veículos, para colocação de aviso e editais da Prefeitura.

Artigo 48 - Os veículos deverão ser providos de um banco e uma mesa para o trocador.

Parágrafo 1º - O modelo e a localização do banco e da mesa, deverão ser dentro dos padrões uniformes dos fabricantes de carrocerias. Qualquer alteração só será permitida mediante aprovação do órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo 2º - Fica proibido fumar no interior dos veículos pertencentes ao Serviço de Transportes Coletivos sob jurisdição do Município de Cataguases.





**Artigo 49** - Não poderão ser utilizados nos serviços de transportes coletivos com mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo 1º** - O órgão competente da Prefeitura poderá autorizar, excepcionalmente, a utilização de veículos com mais de 10 (dez) anos de uso, desde que tenham reforma e estejam em condições adequadas de conforto e segurança.

**Parágrafo 2º** - A instalação de sistemas sonoros e propaganda comercial dependerão de prévia autorização, por escrito, do órgão competente da Prefeitura, que regulamentará as condições e os processos a serem adotados, após solicitação formal da parte interessada.

**Parágrafo 3º** - O órgão competente da Prefeitura fixará requisitos mínimos de segurança, higiene e conforto, quanto aos veículos e condições de trabalho dos prepostos da empresa.

**Parágrafo 4º** - O órgão competente da Prefeitura fixará o tempo mínimo e máximo de percurso para cobertura de itinerário da linha.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da vistoria, inspeção e fiscalização**

**Artigo 50** - Os veículos de transporte coletivo só poderão entrar em serviço após vistoria a ser realizada pelo órgão competente da Prefeitura.

**Parágrafo único** - Os veículos vistoriados e liberados para entrar em serviço deverão se submeter a vistorias semestrais sem as quais não poderão trafegar.

**Artigo 51** - Verificar-se-á, nas vistorias, se os veículos atendem às exigências da legislação federal e deste Regulamento e às determinações da Prefeitura, especialmente quanto à segurança, estabilidade, conforto e higiene.

**Artigo 52** - No interior do veículo aprovado em vistoria, será aplicado, pelo órgão competente da Prefeitura, um selo no qual constará a data da vistoria e o prazo de validade da mesma.



**Artigo 53** - As empresas ficam obrigadas a fornecer ao órgão competente da Prefeitura, independentemente de qualquer notificação:

- 1 - mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, boletim estatístico do movimento de usuários transportados, por linha segundo modelo oficial;
- 2 - anualmente, até o último dia do mês:
  - a) certidão negativa para com os cofres do Município, Estado e União, relativa ao exercício anterior;
  - b) certificado de regularidade de situação fornecida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, relativo ao ano anterior.
- 3 - anualmente, até o último dia útil do mês de maio, cópia autêntica dos Balanços Gerais do ano anterior ou publicação dos mesmos em órgão oficial.

**Artigo 54** - O custo dos serviços de inspeção e fiscalização, por parte do órgão competente, será devido e recolhido, mensalmente, segundo modelo oficial, à Secretaria Municipal de Finanças, pelas empresas exploradas do serviço, obedecidas as segundas alíquotas:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo regional, por veículos efetivos rodantes em cada linha.
- b) 12,5% (doze e meio por cento) do salário mínimo regional por veículos extra, rodante em cada linha.

**Artigo 55** - Os horários determinados poderão ser alterados, ampliados ou reduzidos, a critério do órgão competente da Prefeitura, tendo em vista o interesse público.

## CAPÍTULO VIII

### Do Pessoal do Tráfego





**Artigo 56** - Para efeito deste Regulamento, são denominados pessoal do tráfego os motoristas, trocadores, despachantes e fiscais das empresas concessionárias de transporte coletivo.

**Artigo 57** - Constituem requisitos obrigatórios para o pessoal de tráfego:

- I - ser maior de 18 (dezoito) anos;
- II - ter carteira profissional expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- III - não sofrer de enfermidades infecto-contagiosas ou outras que possam acarretar privação momentânea de reações, atenção ou sentidos.

**Parágrafo único** - Poderão desempenhar a função de trocador os maiores de 14 anos.

**Artigo 58** - Só poderão conduzir veículos de transporte coletivo os profissionais habilitados, de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

**Artigo 59** - São obrigações dos motoristas, quando em serviço:

- I - esperar o sinal de partida dado pelo trocador antes de colocar o veículo em movimento, nos pontos de embarque e desembarque de passageiros;
- II - atender ao sinal dos passageiros, parando os veículos nos pontos estabelecidos para embarque e desembarque;
- III - Prestar à fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados;
- IV - Não abandonar o veículo que estiver dirigindo, a não ser por motivo de força maior;
- V - usar marcha e velocidade adequada à segurança do veículo e dos passageiros;
- VI - só conversar com outras pessoas em caso de absoluta necessidade e com brevidade possível;
- VII - não fumar no interior do veículo;
- VIII - evitar discussões com companheiros de trabalho e passageiros;



- IX - não permitir acesso ao interior do veículo de animais, de vendedores ambulantes e pessoas embriagadas;
- X - não permitir o ingresso de passageiros quando esgotada a lotação do veículo.

Parágrafo único - Quando o veículo trefegar sem trocador, o moto - rista deverá assegurar-se de que todos os passa - geiros subiram. ou desceram, antes de colocar o veículo em movimento.

Artigo 60 - São obrigações dos trocadores, quando em serviço:

- I - só falar com o motorista quando absolutamente necessário e com a maior brevidade possível;
- II - permanecer no lugar que lhes é destinado, evitando ficar nas portas ou na passagem, o que poderá prejudicar o movimento de passageiros;
- III - não fumar no interior do veículo;
- IV - evitar discussões com companheiros de trabalho e passageiros;
- V - entregar à empresa objetos porventura esquecidos pelos passageiros no interior do veículo.

Artigo 61 - São obrigações do pessoal do tráfego em geral:

- I - tratar com polidez os passageiros e o público em geral;
- II - trajar-se adequadamente;
- III - quando uniformizado, mas não em serviço, viajar somente em veículos de sua empresa, na parte traseira, não se sentando enquanto houver passageiros em pé;
- IV - respeitar os fiscais da Prefeitura, facilitando o exercício de sua tarefa.

Artigo 62 - O órgão competente da Prefeitura exigirá dispensa ~~imed~~diata de empregados de tráfego que forem encontrados em estado de embriaguês em serviço pela fiscalização ou outras autoridades competentes.

Artigo 63 - A Prefeitura poderá exigir da empresa concessionária





a punição de empregados de tráfego que infringirem as determinações do presente Regulamento.

**Artigo 64** - A fiscalização dos serviços de transportes coletivos será exercida pelo Serviço de Transporte Municipal - STM, da Prefeitura.

**Parágrafo único** - Os fiscais do Serviço de Transportes Municipais - STM, no exercício de suas funções, terão livre acesso aos veículos, garagens e instalações das empresas concessionárias e, no ato de lavratura de qualquer auto de infração, darão conhecimento ao infrator da falta cometida ou da irregularidade constatada.

**Artigo 65** - Quanto às regras de trânsito e circulação, os veículos de transporte coletivo ficam sujeitos à fiscalização do Serviços de Transportes Municipais - STM.

**Artigo 66** - Justifica-se a recusa do transporte de usuários, quando:

- 1 - em estado de embriaguez;
- 2 - portador de aparente moléstia contagiosa;
- 3 - em estado de alienação mental, salvo se acompanhado por pessoa responsável;
- 4 - demonstrar comportamento incivil;
- 5 - em trajes de banho ou manifestante impróprios ou ofensivos à moral pública;
- 6 - agir de forma a comprometer o conforto e a segurança dos usuários;
- 7 - a capacidade de lotação do veículo estiver esgotada;
- 8 - esse estiver fumando no interior do veículo.

## **CAPÍTULO IX**

### **Das Tarifas**

**Artigo 67** - As tarifas por passageiros-quilômetro para cada um dos coletivos serão estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura, com base em informações solicitadas às empresas concessionárias e em estudos realizados.

**Parágrafo 1º** - As tarifas serão calculadas com base na apuração dos serviços.



Parágrafo 2º - No estabelecimento das tarifas, serão levados em conta os custos fixos, custos diretos e indiretos dos serviços, assim como taxa de remuneração ao capital empregado pelas empresas concessionárias, a ser estabelecida pelo órgão competente da Prefeitura, bem como a avaliação do salário mínimo do trabalhador.

Parágrafo 3º - As tarifas serão recalculadas pelo menos uma vez por ano, e revistas quando dos custos dos serviços a exigirem.

Parágrafo 4º - Aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cataguases, ou associação similar, ficarão isentos do pagamento de passagem.

Parágrafo 5º - Aos estudantes devidamente uniformizados ou com documento escolar, em horário residência/escola ou vice-versa, será cobrado somente 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa.

Artigo 68 - O preço das passagens será tarifado tendo por base o custo unitário de passageiros/quilômetro, obedecendo os seguintes componentes:

- a) depreciação do veículo, calculado em função direta da idade média da frota dos veículos cadastrados, por linha no órgão competente;
- b) combustível;
- c) lubrificantes, lavagens, etc;
- d) rodagem (pneus), câmaras de ar e recapagem;
- e) manutenção, peças trabalhantes, estado da pista de rolamento e pessoal de manutenção;
- f) pessoal de tráfego;
- g) licenciamento;
- h) despesas administrativas, respeitado o que prescreve o parágrafo 3º deste artigo;
- i) seguros;
- j) instalações;
- l) remuneração do capital;
- m) taxa de fiscalização e inspeção, impostos;
- n) o aumento do salário mínimo.

Parágrafo 1º - Para apuração do custo operacional, o órgão competente da Prefeitura fixará os perímetros determinantes, considerando-se o Distrito de Sereno como parte integrante do perímetro urbano.





Parágrafo 2º - No custo operacional (letras "a", "b", "c", "d" e "e") será observada a condição da pista de rolamento, pavimentada ou silico-argilosa.

Parágrafo 3º - As despesas administrativas não poderão exceder os limites admitidos pela legislação federal do imposto de renda.

Parágrafo 4º - O novo preço das passagens será cobrado somente a partir do dia 30 do mês em que se deu a correção do salário mínimo.

Artigo 69 - As empresas submeterão, sempre que solicitadas, ao órgão competente da Prefeitura, para exame, elementos contábeis, para fins de cálculos necessários à elaboração das tarifas.

Artigo 70 - É obrigatório o uso de "borboletas" nos veículos.

Artigo 71 - O órgão competente da Prefeitura estabelecerá, segundo seus próprios critérios, apurada a necessidade do mercado de transportes, seções para efeito de cobrança das passagens.

Artigo 72 - O preço da passagem nos serviços de linhas inclui a franquia do transporte obrigatório para embrulhos, de conformidade com as dimensões, peso e características a se fixarem pelo órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo 1º - É vedado acrescentar ao preço aprovado de cada passageiro, quaisquer importâncias extraordinárias.

Parágrafo 2º - As crianças menores de 05 (cinco) anos não pagarão passagem, desde que não ocupem lugar destinado aos demais passageiros.

Artigo 73 - Nenhuma empresa autorizada, sobre pena de cancelamento da respectiva autorização, poderá direta ou indiretamente, por si ou através de prepostos, agentes ou intermediários, ainda que empresas de propaganda, conceder descontos, acréscimos, abatimentos ou qualquer tipo de redução sobre as tarifas aprovadas, nem distribuir prêmios, com ou sem sorteios.

## CAPÍTULO X

### Das penalidades



**Artigo 74** - A inobservância de qualquer disposição deste Regulamento ou de suas instituições complementares, sujeitará a empresa às seguintes penalidades, conforme a gravidade da falta:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) revogação da concessão ou permissão.

**Parágrafo único** - Quando o infrator praticar simultaneamente duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente as penalidades em que haja incorrido.

**Artigo 75** - A aplicação das penas de multa ou advertência não exime o infrator de sanar, imediatamente, a falta ou irregularidade que deu causa à penalidade.

**Parágrafo único** - A inobservância do disposto no art. 67, §5º, ensejará cobrança de multa no valor de 300 UFIR's.

**Artigo 76** - A inobservância primária de disposições regulamentares que não impliquem em suspender permissão ou revogar concessão, será punida com advertência ao infrator, por escrito ou contra - recibo.

**Artigo 77** - Lavrar-se-á auto de infração em duplicata, segundo modelo e instruções expedidas pelo órgão competente da Prefeitura, sendo uma via entregue ao infrator, contra-recibo.

**Parágrafo 1º** - O auto será, quando possível, assinado pelo infrator e duas testemunhas.

**Parágrafo 2º** - O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do auto.

**Parágrafo 3º** - Da decisão que impuser a multa, caberá recurso ao órgão competente da Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho.

**Parágrafo 4º** - O órgão competente da Prefeitura dará decisão ao recurso, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, contado de sua entrada no protocolo.

**Artigo 78** - As multas por infração não recolhidas no prazo devido, consoante a notificação fiscal, serão deduzidas automaticamente do valor da caução, obrigando-se o concessionário integralizar o montante da caução





por ocasião da vistoria pelo órgão competente da Prefeitura para o licenciamento dos veículos.

Parágrafo 1º - Recorrerá o órgão competente da Prefeitura à cobrança judicial no caso de insuficiência da caução para desconto das multas em mora.

Parágrafo 2º - A reincidentia acarretará multa progressiva.

Artigo 79 - As multas previstas neste Regulamento serão proporcionais aos valores do salário mínimo que vigora - rem na data da atuação.

Parágrafo 1º - As aplicadas às empresas, por inflação de seus servidores, na proporção de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do salário mínimo.

Parágrafo 2º - As aplicadas em decorrência de infrações cometidas pela empresa, na proporção de 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) do salário mínimo.

Artigo 80 - As infrações cometidas pelas empresas prestadoras do serviço de transportes coletivos urbano e as multas aplicáveis em decorrência, observadas as definições e tabela abaixo, serão as previstas nos grupos específicos seguintes:

1 - Dos operadores

1.1 - Falta de documentação individual exigida pelo Regulamento:

(Carteira de habilitação, exame psicotécnico, carteira profissional, carteira de identidade)

1.2 - Não conservar, consigo, durante o serviço, o cartão de identidade.

1.3 - Trafegar com letreiro diverso da linha percorrida.

1.4 - Manter o veículo estacionado, antes de completar o percurso, estando o mesmo com passageiros.

1.5 - Faltar a atenção e urbanidade para com o passageiro:

a) por não atender ao sinal de embarque ou desembarque de passageiros.



- b) por dirigir o veículo com saídas ou freadas bruscas.
- c) por dar partida ao veículo com passageiro ainda embarcando.
- d) por permitir embarque ou desembarque de passageiro com o ônibus em movimento.
- e) por não posicionar o ônibus junto ao meio-fio para embarque ou desembarque de passageiros.
- f) permitir embarque e desembarque de passageiros fora dos pontos determinados.
- g) viajar com portas abertas (dianteira ou traseira).
- h) viajar com passageiros dependurados nas portas dianteira ou traseira.
- i) por permitir que qualquer pessoa viaje assentada sobre o cofre de motor (capô).
- j) estar o cobrador fora de seu posto de trabalho.
- l) por manter, o motorista, conservação com o carro em movimento.
- m) por não tratar os passageiros com urbanidade e cortezia.
- n) por comprometer o conforto dos passageiros transportando pessoas com trajes sujos e anti-higiênicos.
- o) por permitir transporte de animais ou coisas que comprometem o conforto dos passageiros.

1.6 - Deixar de recolher passageiros.

1.7 - Cobrança indevida

1.7.1 - Por transporte de volume

1.7.2 - Aquém ou além da tarifa autorizada.

1.7.3 - Faltar comprovadamente com troco aos usuários em dois horários seguidos.

1.7.4 - Cobrar passagem sem o desconto previsto no art. 67, § 5º.

1.8 - Retardar a saída do veículo sob pretexto de lotação insuficiente.

1.9 - Falta de uniforme ou em desacordo com o modelo aprovado pelo órgão da Prefeitura.

1.10 - Falta de asseio no uniforme ou na apresentação.





- 1.11 - Fumar no interior do veículo.
- 1.12 - Desautorizar ou recusar documentos à fiscalização.
- 1.13 - Permitir a ação de vendedores ambulantes nos veículos.
- 1.14 - Impedir ou dificultar que o Fiscal, após se identificar, realize o seu serviço e assine o mapa próprio.
- 1.15 - Transportar usuários em condições impróprias.
- 1.16 - Abandonar o veículo na via pública.
- 1.17 - Embriaguez: cassação do Registro do profissional.
- 1.18 - Porte de arma de qualquer espécie: cassação do Registro do profissional.

Parágrafo único - O valor das multas anteriores fica à cargo de discursão pela Comissão de Transportes Coletivos.

## CAPÍTULO XI

### Das Disposições Gerais

Artigo 81 - Os passageiros de veículos de transportes coletivos poderão portar volume que não impliquem em inômodo para outros passageiros, independentemente do pagamento de qualquer quantia além do preço da respectiva passagem.

Artigo 82 - Os concessionários ou funcionários são responsáveis pelo asseio e conservação da pavimentação nos locais de estacionamento nos pontos terminais de linhas, constituindo a inobservância infração ao presente Regulamento.

Artigo 83 - Os concessionários são responsáveis pela manutenção da ordem entre o pessoal do tráfego, principalmente nos pontos terminais de linhas.



Artigo 84 - Os concessionários terão obrigatoriamente nos pontos terminais da linha, que promover a varredura e remoção do pó do interior dos veículos.

Artigo 85 - As empresas deverão adotar plaquetas de identificação individuais, em que conste o nome e a função do portador.

Artigo 86 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, ouvido o parecer do órgão competente da Prefeitura.

Artigo 87 - As linhas dependerão de decreto de criação, submetidas à concorrência pública.

Parágrafo único - Preferencialmente, as linhas urbanas serão criadas com trajeto de bairro a centro.

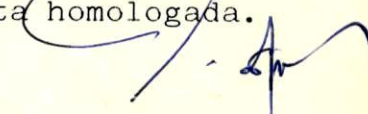
Artigo 88 - As empresas concessionárias do transporte coletivo no Município, as do perímetro urbano, recolherão aos cofres municipais, até o dia 5 de cada mês, 2% (dois por cento) sobre o faturamento bruto do mês anterior, correspondendo ao Imposto Sobre Serviço - ISS.

Parágrafo único - Os recolhimentos dos valores serão feitos em guias preenchidas na Prefeitura e pagas no Banco nelas indicado.

Artigo 89 - Para o fiel cumprimento deste Regulamento, o órgão competente da Prefeitura expedirá Portaria, circulares e Instruções complementares.

Artigo 90 - A rescisão, revogação ou declaração de caducidade de contrato de concessão, constará de ato expresso de Chefe do Executivo Municipal, publicado na forma da Lei.

Artigo 91 - Enquanto não atendidas as exigências deste Regulamento, será permitido provisoriamente ao concessionário (vendedor) colocar em circulação veículos ainda que em desacordo com a proposta homologada.







**Artigo 92** - Nos processos de outorga da permissão para exploração de linhas, os permissionários no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato, depositarão caução destinada a garantir a execução dos serviços, nos termos deste Regulamento e das instruções complementares, baixadas pelo órgão competente da Prefeitura equivalente a 05 (cinco) vezes o maior salário mínimo por linha.

Cataguases, 18 de agosto de 1993.

**Tarcísio Henriques Filho**  
**Prefeito Municipal**